

CORREIO DE
CAMPINASPOR
RAQUEL VALLI

@FERNANDOHADDAD



Ex-ministro na Universidade Estadual de Campinas

Violência contra protesto pacífico do MBL compromete Unicamp

A manifestação do livre pensamento e o dissenso pacífico são pilares inalienáveis sobre os quais se ergue o verdadeiro ambiente acadêmico. Sob essa premissa, revela-se profundamente lamentável o episódio da aula magna do ex-ministro Fernando Haddad (PT) na Universidade Estadual de Campinas. É inadmissível que um indivíduo, ao exercer o direito de protestar contra o que compreendia ser um ato de campanha eleitoral antecipada, tenha sido alvo de agressão física, que o derrubou no chão. A Unicamp, na condição de autarquia mantida pelo poder público, caracteriza-se legal e conceitualmente como um espaço de livre acesso e trânsito, vocacionada por excelência ao debate democrático plural, o qual pressupõe, obrigatoriamente, a garantia da liberdade de expressão e a coexistência de visões antagônicas na academia.

“Ensaio sobre a cegueira”

Todavia, constata-se que, de forma progressiva, as universidades públicas brasileiras se distanciaram dessa conduta institucional regulamentar, transmutando-se em polos de propagação ideológica unilateral, onde a divergência intelectual não apenas carece de escuta ativa, mas frequentemente é palco para hostilidade e violência. Entretanto, o aspecto mais trágico reside na assimetria entre o discurso vazio da reitoria e a realidade da Unicamp.

MARCELLO CASAL JR./ AGÊNCIA BRASIL



O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema

“As Ilusões Perdidas”

Pergunta: caso Romeu Zema (Novo) ministrasse uma aula magna na Unicamp, qual seria a receptividade da academia? Oras, se um ex-ministro é facultado a fazê-lo, por que um ex-governador de Direita, graduado pela FGV, também não deveria? No CV? Segundo o Governo de Minas, o Estado passou de um déficit de R\$ 11,2 bi em 2018 para um superávit de R\$ 5,2 bi em 2024, alcançando quatro anos consecutivos de equilíbrio fiscal. Não seria no mínimo interessante escutá-lo?

“A Revolução dos Bichos”

Adicionalmente, identifica-se na Unicamp uma contradição vexatória, com militantes rotulando opositores, como os do MBL, de fascistas, mas idolatrando a CLT. Só que a estrutura corporativista, promulgada em 1943 por Getúlio Vargas, foi reproduzida da ‘Carta del Lavoro’ de Mussolini, expondo que o local voltado ao conhecimento exala ignorância.

PINGA-FOGO

“Kaizen”

A Academia Social consolidou-se como mecanismo de qualificação para profissionais que trabalham na rede socioassistencial e em Organizações da Sociedade Civil (OSCs). A iniciativa da Fundação FEAC com a PUC-Campinas superou as metas contratuais originais em 45% ao certificar 333 alunos em oito cursos gratuitos.

Nexo prático

O resultado quantitativo evidencia a demanda reprimida por formação estruturada no terceiro setor local e valida o modelo pedagógico adotado pelas instituições parceiras durante os 18 meses de execução das atividades didáticas, viabilizando 13 turmas, conectando pressupostos teóricos às exigências cotidianas da sociedade civil.

Saber público

O currículo abrangeu temas que englobam educação social, inclusão, captação de recursos, gestão financeira e planejamento político-pedagógico, permitindo que profissionais atualizassem competências metodológicas para o manejo de vulnerabilidades sociais complexas encontradas na cidade de Campinas.

Rede forte

A produção de oito conteúdos disponibilizados no youtube expande o impacto territorial da iniciativa para além das salas de aula físicas. O registro serve de fonte para outras entidades, democratizando o acesso a ferramentas de gestão e práticas socioeducativas fundamentadas, fomentando a autonomia de agentes comunitários independentes.

Efeito social

A qualificação de educadores e profissionais de saúde, por exemplo, gera melhorias diretas no atendimento à população assistida em instituições como o Educandário Eurípedes e o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, com debates sobre normativas técnicas, elevando o padrão dos serviços prestados.

Edificação

O fortalecimento do ecossistema social local ocorre por meio da capacitação individual que se traduz em metodologias de intervenção comunitária eficientes. O fortalecimento institucional do terceiro setor em Campinas passa obrigatoriamente pela educação continuada, modelo consolidado com sucesso prático pela Academia Social.



Ex-secretário de Desenvolvimento aponta a importância da participação popular

Prefeitura recebe sugestões da população para o orçamento 2027

Participação popular é feita pela internet; prazo termina no dia 31

A população de Campinas tem até 31 de julho para sugerir as prioridades que devem fazer parte do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. As sugestões são feitas internet (<https://campinas.sp.gov.br/loa>) e englobam áreas como saúde, educação, assistência social, segurança pública, saneamento básico, esportes, cultura, pavimentação, iluminação, limpeza pública, habitação, transporte e meio ambiente. Pela LOA, são estimadas as receitas que o governo espera arrecadar e fixadas as despesas do município para o seguinte ano.

O projeto de lei orçamentária de 2027 será enviado à Câmara Municipal no final de setembro. “As contribuições da população são essenciais porque nos ajudam a identificar as prioridades de cada região e tornam o planejamento mais próximo da realidade dos cidadãos”, afirma o secretário municipal de Finanças Aurílio Caiado.

A participação da sociedade civil na elaboração do orçamento é prevista no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), no quesito

i-Plan, que avalia a execução das ações e os recursos aplicados nas prefeituras.

O economista e analista político José Afonso Bittencourt ensina que as verbas são direcionadas às secretarias por meio da LDO, e do PPA, e que o Legislativo funciona como um conselho de administração de uma empresa, onde é realizado o debate dos recursos públicos.

SITUAÇÃO DE RUA

Bittencourt, que também é ex-secretário de Desenvolvimento Econômico de Campinas, destaca que a população em situação de rua constitui um problema social que cidades deixaram de contemplar no orçamento na proporção necessária. “É um problema social de alta complexidade, que todas as cidades passaram a ter. E muitas não contemplaram no orçamento a proporção devida. É um problema grave que precisa de um bom recurso público para responder com políticas públicas adequadas, ligadas à Secretaria da Assistência Social”.

SERVIÇO

- **O quê:** Consulta pública sobre a Lei Orçamentária Anual
- **Como participar:** pelo link <https://campinas.sp.gov.br/loa>
- **Período:** até 31 de julho